



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>e-mail: geral@ans.pt

Nº: 01/2002
Data: 05JAN02

COMUNICADO

DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL!

A vida é sempre mais rica do que cada um de nós pode prever nos sempre estreitos horizontes por onde procuramos descortinar o futuro. E, por isso mesmo, nunca devemos desistir de alcançar um objectivo quando estamos profundamente convictos da sua justeza; a vida pode sempre abrir perspectivas novas onde ainda ontem apenas se antevia negrume.

Nos fins de Julho de 2001 fomos de férias após um intenso semestre de árdua luta pelos direitos de cidadania, pela revisão do estatuto e das carreiras, pela reposição da equidade externa e interna e pelo cumprimento da lei no sistema remuneratório e, ainda, pela discussão ampla, em sede própria, com todos os interessados na questão da Justiça Militar.

E neste ou naquele aspecto, como por exemplo nas importantes alterações no art. 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas permitindo ao associativismo militar avançar para um estatuto sócio-profissional, desde sempre tão almejado, assim como nas perspectivas que pareciam abrir-se com os dois últimos ministros da Defesa, actual e seu antecessor, tudo parecia encaminhar-se para um desfecho favorável à resolução dos mais importantes problemas que insistentemente temos colocado.

Quando regressámos de férias novos factores vieram criar um clima social centrado nos ataques terroristas na América, primeiro, no assumir de dificuldades económicas pelo Governo, depois, e nas eleições autárquicas por último. Os indícios que pareciam favoráveis vieram a apagar-se rapidamente desde esse momento até serem conhecidos os resultados eleitorais e o Governo se ter demitido. Ficámos num mar de dificuldades, aparentemente insolúveis que pode levar camaradas ao desalento, ao desânimo, tentados a suspender a luta até que a situação normalize.

A esses camaradas uma palavra de ânimo que podemos encontrar no discurso de fim-de-ano de SEXA o Presidente da República onde, antevendo um ano novo carregado de dificuldades, apelava ao empenho e engenho dos portugueses para transformarem tais dificuldades em oportunidades. É o que temos de fazer, prosseguindo sem desânimo a nossa luta, convictos da razão que nos assiste, transformando mais esta dificuldade em oportunidade.

Se é certo que o Governo tem agora um âmbito executivo limitado às questões de gestão até que um novo o substitua, não é menos verdade que um conjunto dos mais importantes problemas que nos afectam se devem ao incumprimento da lei, e pugnar pelo cumprimento da lei além de ser um acto de mera gestão governativa é um dever a que nenhum primeiro-ministro se pode escusar. Portanto, também o Governo, neste momento de despedida, pode e deve aproveitar a dificuldade e transformá-la numa oportunidade de se redimir resolvendo os problemas que criou durante o tempo de exercício dos dois últimos governos. É nesta convicção que tudo faremos, por todos os meios possíveis, para que ainda durante a sua vigência as soluções conhecidas sejam dotadas dos meios adequados.

Nesse sentido a Direcção da ANS decidiu solicitar uma reunião com a equipa que elaborou a proposta apresentada por SEXA o MDN para uma análise conjunta dos critérios e parâmetros que

presidiram à sua elaboração. Se o Governo quiser disponibilizar os meios, aquela proposta, inaceitável tal como está, porque não resolve nenhum dos problemas apresentados, poderá ser uma base de discussão.

O Governo poderá aproveitar o momento de dificuldade para criar a oportunidade de resolver o que não foi resolvido antes, à semelhança do que está a acontecer com a implementação de uma Linha Verde de apoio e informação aos familiares dos militares em missão com ausência prolongada do seio familiar. Esta foi uma proposta da ANS apresentada informalmente aos deputados do PS em Junho de 1998 e formalmente ao Prof. Veiga Simão em Outubro do mesmo ano. De então para cá a proposta foi reapresentada a cada ministro e repetida em todas as audiências com o GP do PS. As dificuldades que se levantaram à sua implementação durante quase quatro anos desapareceram nesta fase, e ainda bem. O exemplo deve também ser interpretado como um sinal de que vale a pena lutar por um objectivo quando ele é justo e o momento da sua resolução poderá ser o que parece menos oportuno.

É também neste ambiente de dificuldades ímpares na história das Forças Armadas Portuguesas que o Exército inicia uma nova reestruturação e é publicada a lei 109-A/2001 de 27 de Dezembro contendo as Grandes Opções do Plano para 2002 onde está estabelecido que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional será revisto - ao fim de 20 anos. Não sendo esta matéria operacional nem classificada, não podemos deixar de chamar a atenção de que aquela reestruturação deveria ser levada a cabo depois da revisão estratégica prevista. A não se aproveitar esta oportunidade pode-se correr o risco de se prolongar no tempo, desnecessariamente, a instabilidade originada pela reestruturação. A não ser que se pretenda "*moldar o corpo ao tamanho do fato*".

Mais uma vez o 31 de Janeiro vai ser comemorado num ambiente de luta pelos direitos de cidadania, pelos interesses da Família militar e num ambiente de incertezas. É por isso que temos de, mais uma vez transformar o 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento, num conjunto de iniciativas em todo o País, em dezenas de cidades, numa grande jornada de afirmação associativa, de demonstração inequívoca de que não desistimos de alcançar os objectivos justos pelos quais lutamos, de que a **DIGNIFICAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL** para nós não tem preço e é um valor do qual não abdicamos.

Mas o momento que estamos a viver é, simultâneamente, de grave crise da Instituição Militar e ante-véspera de eleições legislativas, nas quais vamos eleger os que irão conduzir os destinos do País nos próximos quatro anos. É portanto oportuno, necessário e premente dar resposta à proposta repetida de SEXA o Presidente da República para se colocar a matéria da Defesa Nacional, das Forças Armadas e dos militares na agenda política e no debate nacional, para que todos saibamos o que pensam e se propõem fazer os vários candidatos sobre a matéria. Pela nossa parte tudo faremos para que o debate e a assumpção clara dos objectivos estratégicos em matéria de Defesa Nacional se faça.

Os Sargentos de Portugal, comemorando o 111º aniversário da Revolta do 31 de Janeiro no Porto, evocando a memória heróica dos Sargentos de então, saberão mais uma vez e num momento igualmente difícil e complexo, estar à altura de defender a Dignidade da classe dos Sargentos e do País, dignificando simultaneamente a sua condição Sócio-profissional de Cidadãos em Uniforme!

Lisboa, 05 de Janeiro de 2002

A Direcção